

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.980, DE 2015

Acresce dispositivo à Leis nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e à Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, para incluir o estímulo à criação de programas de educação ambiental aplicada às atividades agropecuárias entre os objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, e dá outras providências.

Autor: Deputado ZÉ SILVA

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Zé Silva, acresce dispositivos às Leis nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, para incluir o estímulo à criação de programas de educação ambiental aplicada às atividades agropecuárias entre os objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER.

Na Justificação, o nobre autor discorre sobre o passivo ambiental gerado pela adoção de modelos agropecuários que, historicamente, desconsideraram a racionalidade no uso dos recursos ambientais, e argumenta que ações integradas que conciliem produção de alimentos, energia renovável e preservação ambiental são fundamentais para uma sociedade sustentável.

O autor ainda argumenta que o serviço público de assistência técnica e extensão rural (ATER), quando fortalecido, pode exercer papel



fundamental na integração entre produção agropecuária e conservação ambiental. Cita, como exemplo exitoso, o programa Rede VERdeMINAS, desenvolvido em Minas Gerais, que promove ações de educação ambiental e gestão integrada de recursos naturais com foco na sustentabilidade das propriedades rurais.

A proposição tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD), em caráter conclusivo (art. 24, II, RICD), e foi apreciada pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em 2016, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei nº 3.980/2015, nos termos do voto do Relator, Deputado Evair Vieira de Melo.

Em 2017, a proposição foi remetida à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que igualmente a aprovou, nos termos do voto do Relator, Deputado Heitor Schuch.

Vem agora a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que deve se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do art. 54 do RICD.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade ao que dispõe o art. 32, IV, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

Quanto à constitucionalidade formal da proposição, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à



legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

A proposição em questão tem como objeto a inclusão do estímulo à criação de programas de educação ambiental aplicada às atividades agropecuárias nos objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER (Lei nº 12.188, de 2010) e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER (Lei nº 12.897, de 2013). Trata-se de temas de competência legislativa da União e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do art. 61, *caput*, da CF/88, não incidindo na espécie hipótese de reserva de iniciativa. Ademais, é adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, uma vez que inexistente exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do tema.

No tocante à constitucionalidade material, observa-se que o Projeto de Lei nº 3.980/2015 não afronta preceitos ou princípios constitucionais. Ao contrário, a proposição alinha-se à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito de todos e dever do Poder Público e da coletividade, nos termos do art. 225, *caput*, da Constituição Federal. Além disso, ao incentivar a educação ambiental e a gestão integrada de recursos naturais, a proposta converge com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, notadamente os de promover o bem de todos (art. 3º, IV) e garantir o desenvolvimento nacional (art. 3º, II).

A proposição é dotada de juridicidade, uma vez que inova no ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade e respeita os princípios gerais do direito.

Por fim, uma observação quanto à técnica legislativa. Da forma como se encontra redigida a proposição, diante da ausência da linha pontilhada ao final, está sendo revogado o § 3º do art. 1º da Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013. Assim, a linha pontilhada deve ser incluída quando da redação final do projeto. No mais, a proposição apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de



fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.980, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

2025-7691

